

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

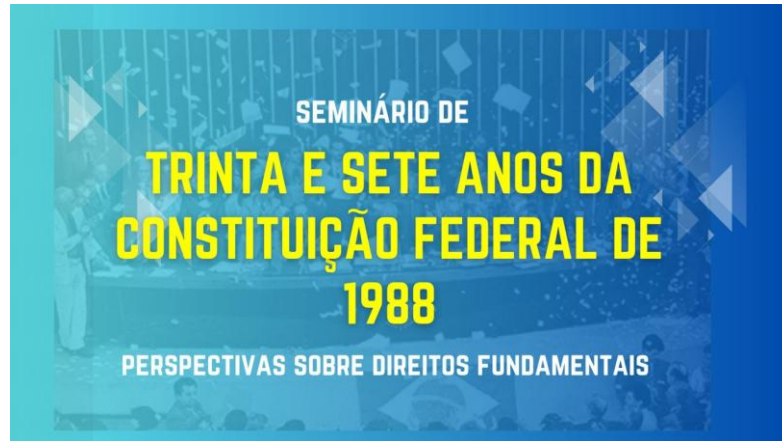


**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Leticia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formatadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues	Emilly Victória Batista do Santos
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	João Victor Osvaldo Souza
Adv. Katrine Castro Sarmento	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nilvana Linhares Fernandes
Ana Clara Sarmento Cabral	Nycolas Matos Carvalho
Andria da Costa Pereira	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira
responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Gláucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**ENTRE O TEXTO E A VIDA: A CONSTITUIÇÃO DE 1988 COMO OBRA
ABERTA E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**

*BETWEEN TEXT AND LIFE: THE 1988 CONSTITUTION AS AN OPEN WORK AND
THE EFFECTIVENESS OF FUNDAMENTAL RIGHTS IN CONTEMPORARY BRAZIL*

Edvania Barbosa Oliveira Rage¹

Robson Christiano Lobato Campelo Júnior²

Denison Melo de Aguiar³

Neuton Alves de Lima⁴

Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, representa um marco na história do Brasil ao consolidar um ordenamento jurídico voltado à proteção dos direitos fundamentais, à promoção da dignidade da pessoa humana e ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito (Barroso, 2018). No entanto, a simples posituação desses direitos não assegura sua plena efetividade, sendo necessário compreender o texto constitucional como uma obra aberta, conceito que remete à ideia de que as normas

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Ambiental – PPGDA, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Advogada, e-mail: edv.adv@hotmail.com.

² Acadêmico do do curso de Direito do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas – CIESA. E-mail: robsoncampelo@aufiero.adv.br

³Denison Melo de Aguiar. Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁴Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁵ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

jurídicas não se esgotam em sua literalidade, mas demandam interpretação dinâmica e contextualizada para se conectar à vida social (Dworkin, 2012).

O presente trabalho busca analisar a tensão entre o texto constitucional e sua aplicação prática, ressaltando os desafios e limites da efetivação dos direitos fundamentais no Brasil contemporâneo. Nesse sentido, o objeto de estudo centra-se na Constituição de 1988 como instrumento normativo que, embora consagre tais direitos, exige constante interpretação e implementação, sobretudo diante das desigualdades sociais, das crises econômicas e das políticas de exceção que marcam a realidade brasileira atual (Santos, 2015).

A literatura especializada enfatiza que os direitos fundamentais devem ser compreendidos não apenas como normas jurídicas formais, mas como princípios orientadores da atuação estatal e social. Dworkin (2012) ressalta a função dos direitos como metas normativas que orientam o julgamento e a ação do Estado, enquanto Boaventura de Sousa Santos (2015) propõe uma abordagem crítica, destacando a pluralidade social e a urgência de políticas públicas capazes de tornar efetivos esses direitos na prática. Barroso (2018) complementa essa visão ao enfatizar o papel do Judiciário como mediador entre o texto constitucional e a vida cotidiana, sobretudo em demandas complexas relacionadas à saúde, à educação e à segurança social.

Dessa forma, esta pesquisa propõe compreender a Constituição de 1988 como uma obra aberta e dinâmica, investigando de que maneira os direitos fundamentais podem transcender o texto legal e se concretizar em práticas que promovam justiça social e igualdade, reforçando o diálogo entre norma jurídica e realidade social. A análise será desenvolvida a partir de uma revisão crítica da doutrina, da jurisprudência e de casos emblemáticos que evidenciam a tensão entre teoria e prática no âmbito dos direitos fundamentais brasileiros.

2. JUSTIFICATIVA

A relevância deste trabalho manifesta-se em três dimensões: acadêmica, científica e social, com especial ênfase na realidade amazônica.

No campo acadêmico, a pesquisa fortalece as instituições de ensino jurídico da região, ao incentivar o debate crítico acerca da efetividade dos direitos fundamentais diante dos desafios locais. Essa contribuição amplia a produção de conhecimento jurídico

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

contextualizado e forma profissionais capazes de compreender as particularidades sociais, culturais e econômicas da Amazônia.

Sob a perspectiva científica, o estudo promove análises críticas interdisciplinares que articulam teoria e prática, examinando a Constituição de 1988 como obra aberta e sua aplicação em contextos marcados por desigualdade social, fragilidade institucional e vulnerabilidade socioambiental.

Do ponto de vista social, a pesquisa repercute diretamente na população amazônica ao evidenciar a necessidade de uma interpretação dinâmica da Constituição, de modo a assegurar dignidade, justiça e efetivo acesso a direitos em um cenário caracterizado por limitações nos serviços públicos e por conflitos estruturais.

Em síntese, a relevância deste trabalho consiste em articular teoria e prática, contribuindo para a produção acadêmica e científica regional, ao mesmo tempo em que oferece respostas concretas à sociedade amazônica, reforçando os direitos fundamentais como instrumentos de transformação social.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a Constituição de 1988 como obra aberta, investigando a efetividade dos direitos fundamentais no Brasil contemporâneo, com ênfase nos desafios enfrentados na Amazônia

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Examinar os obstáculos e desafios que limitam a efetividade dos direitos fundamentais, considerando desigualdades sociais, econômicas e territoriais.
2. Propor estratégias e recomendações que fortaleçam a aplicação dos direitos fundamentais, articulando teoria e prática, e promovam maior inclusão social e justiça na Amazônia.

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

O problema central deste trabalho consiste em investigar em que medida os direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988 são efetivamente aplicados na vida cotidiana, especialmente na região amazônica, diante das desigualdades

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

sociais, das limitações institucionais e das práticas que tendem a relativizar garantias constitucionais.

A hipótese do estudo sustenta que, embora a Constituição de 1988 contemple um amplo rol de direitos fundamentais, sua efetividade na Amazônia é restringida por fatores socioeconômicos, administrativos e políticos. Tal contexto exige uma interpretação dinâmica do texto constitucional, uma atuação judicial proativa e a implementação de políticas públicas específicas. Assim, os direitos fundamentais configuram-se como uma utopia normativa, cuja concretização depende de esforços contínuos do Estado e da sociedade civil para superar os obstáculos regionais e transformar normas formais em práticas concretas de proteção e promoção da cidadania.

5. METODOLOGIA

A pesquisa adotará uma metodologia qualitativa, fundamentada em abordagem bibliográfica e documental, com o objetivo de compreender a Constituição de 1988 como obra aberta e analisar a efetividade dos direitos fundamentais na Amazônia. O estudo será desenvolvido a partir da análise de doutrina jurídica, decisões de tribunais regionais, documentos oficiais e relatórios de políticas públicas que tratem da aplicação dos direitos fundamentais na região amazônica. A investigação seguirá uma perspectiva exploratória e interpretativa, buscando articular os conceitos teóricos sobre direitos fundamentais e obra aberta com a prática social e jurídica observada no contexto amazônico.

6. RESULTADOS

A pesquisa identificou diversos obstáculos que limitam a efetividade dos direitos fundamentais na Amazônia, em consonância com o primeiro objetivo específico do estudo. Entre os principais desafios estão as desigualdades sociais, econômicas e territoriais, que comprometem o acesso a serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança. A região apresenta características singulares, como comunidades ribeirinhas isoladas, infraestrutura precária e dificuldades logísticas, fatores que dificultam a implementação prática de direitos constitucionalmente garantidos (Santos, 2015).

No campo da saúde, o fornecimento de medicamentos e tratamentos de alta complexidade enfrenta barreiras estruturais, levando cidadãos a recorrer ao Poder Judiciário para assegurar seus direitos. Decisões judiciais têm garantido, por exemplo, o

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

fornecimento de medicamentos essenciais a pacientes em localidades remotas, evidenciando o papel do Judiciário na proteção da saúde (Barroso, 2018). No âmbito da educação, a ausência de escolas próximas e a dificuldade de transporte escolar impedem o pleno acesso à educação infantil, obrigando famílias a recorrer a mandados de segurança para garantir vagas e transporte adequado. Essa realidade demonstra a necessidade de soluções adaptadas às especificidades regionais (Dworkin, 2012).

Atendendo ao segundo objetivo específico, a pesquisa propôs estratégias para fortalecer a aplicação dos direitos fundamentais na Amazônia, articulando teoria e prática. Entre as recomendações destacam-se: o fortalecimento de políticas públicas regionais adaptadas às necessidades locais; a capacitação de gestores públicos e operadores do direito para lidar com a complexidade territorial; a ampliação do acesso à Justiça, com mecanismos administrativos e judiciais mais próximos das comunidades; e o incentivo à participação social, promovendo conscientização cidadã e fiscalização da efetividade dos direitos.

Além disso, sugere-se a implementação de programas integrados que articulem saúde, educação, transporte e proteção ambiental, com o objetivo de superar desigualdades estruturais e reduzir a dependência exclusiva da atuação judicial. Tais medidas podem transformar os direitos fundamentais de normas meramente formais em instrumentos concretos de justiça social, promovendo inclusão, equidade e fortalecimento da cidadania.

Os resultados evidenciam que a efetividade dos direitos fundamentais na Amazônia depende não apenas da positivação normativa, mas da ação coordenada entre Estado, Judiciário e sociedade. Essa constatação reforça a concepção da Constituição de 1988 como obra aberta, capaz de adaptar-se às realidades sociais e territoriais, promovendo a concretização prática dos direitos fundamentais e o avanço da justiça social (Santos, 2015; Barroso, 2018; Dworkin, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a efetividade dos direitos fundamentais no Brasil contemporâneo, em especial na Amazônia, depende de um esforço contínuo de interpretação constitucional, implementação de políticas públicas e atuação judicial estratégica. A Constituição de 1988, concebida como obra aberta, disponibiliza instrumentos normativos e princípios capazes de orientar essas práticas, possibilitando que

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

os direitos fundamentais deixem de ser meras previsões formais e se convertam em instrumentos concretos de justiça social. A pesquisa ressalta, ainda, a importância de compreender a Constituição de maneira dinâmica, adaptável e sensível às demandas regionais, de modo a promover cidadania, inclusão e equidade social.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo paradigma**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DWORKIN, Ronald. **Os direitos em conflito**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição de 1988; Direitos Fundamentais; Estado Democrático de Direito; Justiça Social.

KEY WORDS: *Constitution of 1988; Fundamental Rights; Democratic Rule of Law; Social Justice.*